

**INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS
ADMINISTRATIVAS**

*“No princípio era o verbo”. - Comentário de um
Americano sobre Ciência (s) Administrativa (s)*

350

FREDERICK C. MOSHER

(Traduzido, por iniciativa do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas, da Revista Internacional de Ciências Administrativas, vol. XXIV — 1958, n.º 3).

À lista dos artigos e ensaios sobre se Administração é, ou não, ciência, se incorpora, para nela assumir lugar de destaque, o presente trabalho do Professor Mosher, que apresenta a questão sobre novos e interessantíssimos ângulos. Daí a razão de patrocinar o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas sua tradução e publicação na «Revista do Serviço Público».

EM 1910, há quase meio século atrás, houve uma reunião de especialistas de vários países europeus para discutir os problemas relacionados com a melhor maneira de aperfeiçoar a administração de seus países. Foi esta a pequena semente que deu origem ao atual Instituto Internacional de Ciências Administrativas (I.I.C.A.). Não obstante as interrupções causadas por duas guerras, têm sido contínuas as suas atividades, que se desenvolveram de forma espetacular depois da última guerra. Durante a maior parte do tempo de vida do Instituto os seus membros e os temas de discussão eram predominantemente de origem jurídica, mas nos últimos anos houve uma ampliação de seu campo de visão de maneira que, hoje em dia, os pontos de vista não-jurídicos desempenham um papel pelo menos tão importante quanto os de ordem jurídica. São membros do Instituto, em caráter oficial ou não, representantes de vinte e seis países, abrangendo a maioria dos países do mundo livre. (*)

A expressão adotada pelo I.I.C.A. em seu título. «Ciências Administrativas», tem aparentemente ampla aceitação nos países europeus, bem como em alguns outros fora da Europa, seja, ou não, por influência do exemplo daqueles. Tornou-se a designação mais freqüente, e mesmo padrão, em muitos países, para este ramo de estudo — em livros, artigos, currículos universitários, palestras, cursos e graus universitários.

(*) De acôrdo com a própria Revista que publicou o original inglês d'êste artigo, o IICA possui atualmente representantes oficiais em 38 países e não oficiais em outros 26, no total de 64 países, portanto. (Nota do tradutor).

Já há alguns anos muitos põem em dúvida a precisão descritiva do termo «ciências administrativas». Recentemente, tornou-se êsse termo ponto bastante controvertido entre os especialistas na matéria. Em 1957, pôs o I.I.C.A. em circulação uma minuta de relatório elaborada em resposta a uma solicitação pelo UNESCO, e de autoria de ANDRÉ MOLITOR, sobre *Educação Superior nas Ciências Administrativas*. O título foi recusado por uma série de pessoas chamadas a estudar e discutir a minuta, tendo provocado vivos debates. (1) Posteriormente pareceu até que o próprio órgão diretor do I.I.C.A., em sua reunião seguinte, iria considerar a modificação de nome do Instituto. Surgiu, logo após, um artigo assinado por GEORGES LANGROD, que se intitulava *Science Administrative* ou *Sciences Administratives*, (2) no qual o autor, depois de uma cuidadosa e erudita análise da questão, concluiu em favor do emprêgo da expressão no singular.

O problema, à primeira vista, parece excessivamente acadêmico, comparável à célebre questão dos anjos a dançarem na ponta de um alfinete. Na realidade, a reação imediata dêste autor, provávelmente igual à de muitos de seus colegas pragmáticos da América do Norte, era: — «Qual a diferença? Dêem o nome que quiserem e passemos adiante». A questão de saber-se se cumpre acrescentar, no francês, um «s» que não se pronuncia, ou, no italiano, deve o «a» ser substituído por um «e», parece, na melhor das hipóteses, uma preocupação corriqueira. Conforme verifiquei posteriormente, uma resposta dessa natureza não foi de molde a despertar o respeito e a admiração de meus colegas europeus, pelas razões que abaixo se discutem. Uma outra sugestão, tipicamente americana, foi de que nós, na América, tínhamos deparado com uma solução perfeitamente adequada para o problema, eliminando simplesmente a palavra «ciência», referindo-nos apenas a «administração pública». Isto proporcionou uma dupla vantagem nos Estados Unidos. Primeiramente por evitar, ou pelo menos por não provocar, um debate sobre se êste ramo é ou não uma ciência — responsabilidade da qual os estudantes de administração dos Estados Unidos não estão menos livres do que seus colegas europeus, embora por razões um tanto diversas, provenientes de fontes igualmente distintas. Pudemos continuar nossos estudos e manter nosso interesse na matéria sem que nos vissemos forçados a desviar-nos de nossa trilha a fim de saber se éramos realmente filhos legítimos, ou meros bastardos, das ciências sociais — argumento que, vez por outra, tem constituído a praga de cada uma das ciências sociais. Em segundo lugar, a palavra «pública» trouxe uma distinção entre êste ramo e outros ramos do estudo administrativo, tais como, administração de empresas, administração educacional, administração da igreja, etc. O mais importante dêstes, sob o ponto de vista de recursos postos à sua disposição e do número de alunos que se dedicam ao seu estudo, é indubitavelmente a administração de empresas, ramo êste que, sob êsses aspectos, ultrapassa nos Estados Unidos o estudo da administração pública.

(1) Aceitou-se, finalmente, «Administração Pública», para fins de designar o estudo tanto em inglês como em francês, mas essa decisão foi mais o resultado da necessidade de se chegar a um título que satisfizesse ambas as versões, do que um acôrdo de opiniões sobre a expressão que mais adequadamente pudesse descrever êste ramo de estudo.

(2) *Annales Universitatis Saraviensis*, 1957, págs. 92 a 125.

Em suma, a expressão «administração pública» a um tempo evitou que este campo de estudos se tornasse demasiadamente enredado na questão de sua respeitabilidade científica, e preservou a sua relação histórica com o seu tronco ancestral de «ciência política». Isto não significa que sob êsses dois aspectos se tenha visto imune dos ataques externos e das interrogações internas. Mas êsses desafios têm sido, de um modo geral, revigorantes, salutares e essenciais a êste ramo de estudo. Não têm sido provocados por suposições decorrentes do nome ou por sua ambigüidade.

As palavras «administração pública», porém, parecem ter na Europa uma acepção um tanto diversa, não fornecendo uma solução tão fácil quanto a que proporcionam nos Estados Unidos e na Inglaterra. Uma das dificuldades reside no fato de que o termo não tem sido empregado em toda a parte e não é compreendido da mesma maneira por especialistas e por leigos. Estudiosos de alguns países têm dito que ninguém saberia sobre o que se estaria falando se alguém se referisse a «administração pública». Essa dificuldade poderia, provavelmente, ser eliminada através do uso e do tempo. Duvida-se que jamais se tenha compreendido o termo *sociologia* antes de COMTE ou *antropologia* antes do último quartel do século XIX, e, certamente, ninguém poderia conceber um título mais ambíguo do que êstes para um ramo de ciência.

Uma segunda dificuldade, de acôrdo com alguns estudiosos da matéria, é que «administração pública» descreve o objeto de estudo mas não o estudo propriamente dito. Portanto, o uso do termo traria confusão. Assim como o argumento acima mencionado, êste problema poderia, sem dúvida, ser eliminado com o decorrer do tempo. No entanto, parece ter muita fôrça num setor ainda relativamente novo e bastante desconhecido.

Uma terceira dificuldade parece ser mais convincente. Reside no fato de que o uso que se faz, nos Estados Unidos, da palavra «pública» não tem sinônimo exato nas línguas européias. O significado de *publique* é mais limitado, aplicando-se às atividades que são tradicionalmente funções do «estado». Dessa forma poderão ficar à margem as atividades de muitos tipos de empresas estatais cuja operação é efetuada mais ou menos de acôrdo com princípios comerciais. Em alguns países, segundo parece, o termo seria interpretado como se aplicando unicamente ao governo central, não se referindo às comunas, autoridades municipais e outras unidades de governo local.

Quaisquer que sejam os méritos dêsses argumentos, não parece provável que a expressão anglo-americana «administração pública» seja de pronto aceita pelos países do continente europeu. Se isto é verdade, e alguns de meus colegas europeus afirmam que o é, devemos voltar ao problema inicial. Ou seja, se administração pública, na acepção anglo-saxônica, deve ser designada como ciência ou como um conjunto de fragmentos de outras ciências, o que é o sentido inevitável do emprêgo da expressão no plural. A questão possui um significado pragmático maior do que, à primeira vista, pode parecer a um incauto americano. Atrás das controvérsias sobre *science-sciences* e *scienza-scienze* surgem algumas questões de suma importância referentes ao desenvolvimento do serviço público. As palavras podem ter, por si mesmas, pouco alcance, embora pessoalmente duvide até disso. Mas elas simbolizam, e mesmo sintetizam,

alguns aspectos realmente básicos que fundamentam o desenvolvimento dos setores administrativos dos governos, podendo o seu uso afetar substancialmente a maneira pela qual poderá desenvolver-se a própria administração.

Entre os sentidos potenciais decorrentes da escolha de expressões, podemos mencionar os seguintes: se a «administração», como tal, é base adequada para ingresso e carreira no serviço público; se haverá escolas, como tal, e cátedras, como tal, de «administração» nas universidades; se se levarão a cabo ou se devem ser levados a cabo, e até que ponto, estudos sobre «administração», independentemente dos realizados em programas de pesquisas de direito público, economia, sociologia, e de outros ramos já estabelecidos; como se deverão estruturar e orientar os programas universitários para o serviço público; e de que se constituirão os programas educacionais de treinamento para ingresso no serviço público e dentro do mesmo.

As palavras «ciência» ou «ciências» envolvem alguns pontos bastante fundamentais, quer de natureza acadêmica, quer prática. Infelizmente, porém, o problema de «cientifismo», de aceitação científica, é, por elas trazido à baila. É mais do que difícil chegar-se a acôrdo sobre o que, legitimamente, constitui «uma ciência», ou mesmo «ciência». É impossível. É de lamentar-se que um ramo novo como êste se veja forçado, ou melhor, se force a arrastar essa cruz. As mesmas questões sobre legitimidade, como ciência, podem ser levantadas em relação à sociologia, psicologia, economia, direito e até à botânica, biologia e mesmo à física, e de maneira igualmente pertinente. Todos êsses ramos do conhecimento podem empregar, e o fazem uma metodologia científica. Todos contribuem para nosso conhecimento, saber e compreensão das coisas que para nós têm importância. E todos têm sido úteis. A questão de saber-se se há um único e legítimo «campo administrativo» não deve depender do seu enquadramento nesta ou naquela definição de ciência. As perguntas essenciais a serem feitas são as seguintes:

- será uma área útil para estudo, desenvolvimento e ensino?
- utiliza, ou poder-se-á fazer com que utilize, uma metodologia correta?
- converge para um foco, um elemento integral, um tema central, nitidamente distinto de outros setores de pesquisas?
- identificam-se as fronteiras ou relações dêsse cerne, se o houver, com outros campos de pesquisa?

As respostas às primeiras duas perguntas são fáceis e afirmativas. Na realidade, ninguém que esteja familiarizado com êste setor porá em dúvida a utilidade do conhecimento e do treinamento que o mesmo oferece. A necessidade de aumentar nosso conhecimento é provada em quase todos os países, através de programas de pesquisa, assistência técnica, auxílios de fundações e outros meios.

Alguns fundamentam a oposição que fazem a uma «ciência» de administração pública com o fato de que êste setor não possui uma metodologia própria. Com êsse critério seria difícil identificar qualquer ciência, com exceção, talvez, da matemática. A administração utiliza-se, virtualmente, de tôdas as metodologias, tanto na prática como na pesquisa, assim como da maioria das outras ciências, quer sociais quer físicas. De memória podemos citar análise estatística, matemática, descritiva, histórica, experimental, classificatória, jurídica e de casos. A êsse respeito o estudo administrativo

pouco difere de outros campos pois a maioria dêles utiliza-se de muitos métodos diversos para considerar e analisar suas respectivas matérias. Saber-se se os especialistas em administração satisfazem as exigência do do método científico, é um problema que diz respeito a estudos individuais, da mesma forma como em outros setores. Muitos dêles podem e freqüentemente o fazem. O fato de empregarem uma série de métodos — mesmo uma série de métodos em um só projeto — não invalida a justeza metodológica de seu trabalho. Na realidade, ocorrerá provavelmente o oposto. É de duvidar-se que qualquer ciência social possa, ou mesmo queira, reivindicar o uso exclusivo de um só método com a exclusão dos demais.

As perguntas-chave, por conseguinte, são a terceira e sua derivada, a quarta. Possui o setor administrativo, no âmbito governamental, um tema próprio? Uma perspectiva? Um cerne? E serão êsse tema, essa perspectiva, êsse cerne, suficientemente característicos a ponto de garantir o tratamento que se lhes dá separadamente de outros setores do estudo social? Será essa concentração independente, se justificada na lógica, igualmente merecedora de apoio, sob o ponto de vista do progresso do conhecimento humano e da utilidade na vida cotidiana?

A tôdas essas perguntas o autor responderia, enfaticamente, pela afirmativa. E, embora muitos de meus colegas, tanto na América como na Europa, discordassem de alguns de meus argumentos, creio que concordariam com a maioria dos pontos básicos.

Em primeiro lugar, a administração no setor público seria considerada como se relacionando com uma área de estudos cultivada (talvez mais extensamente nos Estados Unidos do que em outros países) sob o nome de ciência política, se não mesmo como integrante desta ciência. Esta parte do estudo de Govêrno, diversamente do que acontece com a administração, é certamente um dos mais antigos e, portanto, mais respeitáveis setores do estudo social. Não obstante, sofre, mais ainda do que seu jovem ramo — a administração — de acusações múltiplas de que lhe falta rigor científico e de que não possui um foco central. Há alguns anos atrás, foi feito um esforço para combater essas dificuldades, com a publicação de um livro de DAVID EASTON, que procurava a um tempo provocar e convencer, intitulado «The Political System». (3) EASTON criticava sua especialidade, ciência política, como um setor ao qual faltavam um cerne, um tema central orientador, assim como definição. Propunha êle que se fundamentassem os estudos e aperfeiçoamentos da ciência política no conceito básico de que é uma ciência preocupada com uma «distribuição autorizada de valores na sociedade». Salienta êle que qualquer sociedade («o mais extenso agrupamento de seres humanos que vivem em conjunto e procuram satisfazer, coletivamente, todos os pré-requisitos da vida em grupo») (4) exige mecanismos para proceder a tais distribuições autorizadas — autorizadas no sentido de que são aceitas por todos aqueles a quem se aplicam e universais para todos os que vivem em sociedade.

A receita de EASTON parece ser de utilidade para a ciência política, sugerindo algo também para uma melhor definição do estudo de adminis-

(3) New York, ALFRED A. KNOPF, 1953.

(4) New York, ALFRED A. KNOPF, 1953, pág. 135.

tração, porquanto para esta é também de vital importância a distribuição de valores. A dificuldade implícita da definição reside no fato de que a palavra «distribuição» sugere uma única decisão, decisão esta que nas sociedades modernas seria expressada pelo que chamamos de «lei». Todavia sabemos perfeitamente bem, hoje em dia, que muitas dessas distribuições autorizadas de valores são feitas mediante decisões e comportamento diário não expressos em lei, embora possam estar expressamente *permitted* por lei. Frequentemente a lei segue a ação, em vez de suceder o oposto. Conforme vimos aprendendo gradual e, de certa forma, penosamente, a distribuição de valores, ou, em termos mais comuns, formulação de política, é, muito raramente, fenômeno que ocorre uma única vez. A política formula-se continuamente através de sua tradução em ação e comportamento. Para usarmos um exemplo batido, um limite de velocidade de 40 quilômetros, legalmente adotado, não é uma política realista se os guardas locais multarem os motoristas somente ao trafegarem a 60 quilômetros, e se o público reconhecer a possibilidade de se trafegar a 60 quilômetros. Em uma esfera superior, parece-nos claro que muitas das mais importantes políticas (todas implicando em distribuição de valores), tanto nos países americanos como europeus, têm sido feitas, nos últimos anos, por funcionários da administração ou foram por eles iniciadas e subseqüentemente ratificadas por lei.

Permanecem, porém, os pontos básicos formulados por EASTON. A ciência política tem que se referir à distribuição autorizada de valores e a administração preocupa-se, de maneira contínua, com essa mesma função. O estudo da administração de órgãos públicos relaciona-se, assim, de maneira inextricável, à ciência política. Na verdade, se esta última se tivesse desenvolvido de acordo com os moldes preconizados por EASTON, seria difícil não considerar a administração como um mero setor, ou subdivisão, de uma disciplina maior, a ciência política. A administração deve ser sempre considerada, na sua ciência, como política, usado o termo em seu sentido mais amplo, apartidário. Pelo menos em uma política democrática, a administração deve sempre relacionar-se com as necessidades e as exigências públicas e com a vontade popular expressa através de uma decisão oficial, formal e legislativa.

Poderemos aceitar o conteúdo político básico da administração pública, mas persistirá uma diferença fundamental entre os cerne dos dois setores. A administração é um processo pelo qual as necessidades e exigências públicas — sistemas de valor social — progressivamente se traduzem em ação digna de confiança. A palavra-chave é pois ação. É bem verdade que, muito logicamente, pode ela ser compreendida dentro da definição de EASTON, mas os cientistas políticos não se têm, via de regra, concentrado nesse aspecto. A administração não se preocupa apenas com o importante problema de tomada de decisões, mas também com a maneira pela qual as decisões se expressam em comportamentos humanos, em relações sociais, em coisas feitas, em estruturas levantadas e em controle impostos. Interessa-se em saber por que e até que ponto as políticas devidamente autorizadas se desenvolvem de forma bastante diversa da que haviam previsto seus autores, e também por que muitas delas não conseguem expressar-se em ação. Entre suas preocupações encontram-se a identificação e a avaliação comparativa de diferentes modos de se fazer algo, de formas diversas de

organizar, planejar e controlar, bem como de técnicas distintas. Em seu cerne está o processo (os muitos processos) de ir-se do *verbo* (ou vontade) ao *ato* e voltar depois à procura de uma nova palavra, à luz dos atos já executados e de seus efeitos.

Outra maneira de expressar isto é dizer que a administração é basicamente um setor *intencional* — tendo como essência a transformação dos propósitos sociais em ação administrativa. De vez que a moderna administração opera em um meio de enorme complexidade, a intenção (propósito) raras vezes pode ser apreendida antecipadamente com precisão. Assim sendo, uma das atividades mais importantes da administração está em uma especificação e revisão continuada da intenção, processo esse que só se define completa e definitivamente após executados os atos. A intenção encontra assim, na ação não apenas a sua expressão mas também a sua essência. (5)

A administração pública difere da administração de empresas e outras pela sua natureza essencialmente política — no sentido de que faz parte de um sistema pelo qual os valores são avaliados *autorizadamente*. O único sistema em que os valores são realmente autorizados para toda a sociedade (e não apenas para os membros da própria organização) é o sistema político. Também difere de outros tipos de administração pelo fato de que suas intenções (finalidades) devem ser, nas culturas modernas, bem mais complexas, representativas de pontos de vista muito mais diversificados e antagônicos, devendo ser geralmente dinâmicas.

A primeira diferença é de espécie, a segunda de grau. Difere da ciência política e de muitas outras ciências sociais na maneira de enforçar os processos de ação, ou mais propriamente, as inter-relações entre valores, propósitos e ação. Quanto a este último sentido seu parentesco mais próximo pareceria ser com a psicologia e com a psicologia social. Estes setores, porém, têm geralmente restringido seus esforços a este processo no que se refere à personalidade individual e aos grupos primários. Muito pouco de seu trabalho já pode ser aplicado a grandes organizações, tendo a maior parte de tal trabalho esquecido os fatores da responsabilidade legal e social, bem como os propósitos sociais e políticos, todos de capital importância na esfera da administração pública. Tem-se salientado com frequência que a administração se relaciona com a maioria das outras disciplinas sociais, delas dependendo. Pode-se acrescentar também que se relaciona com a maioria das ciências chamadas positivas, desde a matemática até a botânica e a fisiologia, a astronomia e a física nuclear, e, em graus diversos, muito deve a elas. Negar tais relações e tal dependência significaria tornar refeito o campo da administração, além de repudiar a realidade. Todavia, a administração não é um mero acúmulo de cápsulas de sabedoria desenvolvidas noutra parte. A prática de administração é uma contínua e repetida *síntese*. Implica a obtenção de informações de um sem número de fontes, quer de

(5) Este conceito de relação entre intenção e administração está longe de ser original. Há vinte anos CHESTER BARNARD identificou a formulação e a definição continuada da intenção como uma das *Funções do Executivo*, e apontou apenas duas outras funções essenciais.

(Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1938, pág. 217).

natureza científica ou não, para juntá-las, misturá-las, delas tirar uma solução e traduzi-la em ação.

Grande parte de singularidade do setor administrativo provém desse mesmo fato. Se a prática de administração consiste essencialmente de síntese em um ambiente de responsabilidade social, seu estudo deveria ser norteado sobretudo para esse mesmo processo de síntese, um processo essencialmente diverso dos ramos de conhecimento em que se baseia. Isto necessariamente não implica dizer que o estudo administrativo é uma «ciência» de síntese, embora eu não fizesse grande objeção a uma tal descrição. É, sobretudo, o estudo do processo de síntese em um ambiente peculiar e mesmo singular. E se outros setores do conhecimento como, por exemplo, a psicologia, cibernética ou economia, auxiliam na busca de compreensão, tanto melhor.

Essas questões sobre a integridade interna da administração e de sua adequada separação de outros ramos de estudo poderão parecer estereis dentro de alguns anos ou, pelo menos, dentro de algumas décadas. Os problemas não são exclusivos da administração. Por força dos acontecimentos, e pelo aparecimento de uma nova maneira de encarar o mundo em que vivemos, esboroam-se as paredes que separam cada um das «disciplinas». O fenômeno é visível em todos os lados e em todos os setores das ciências sociais. Um estudioso de administração deve conhecer um pouco de direito, um pouco de filosofia, um pouco de economia, um pouco de sociologia, um pouco de psicologia, para enumerar apenas alguns dos conhecimentos necessários. Mas o mesmo se aplica aos estudiosos de cada um desses setores (embora muitos deles puzessem em dúvida a indispensabilidade da administração). As faculdades de direito cada vez mais aumentam e mesmo exigem cursos de economia, sociologia, psicologia e governo. A sociologia e a antropologia, cujos âmbitos de interesse são por definição ilimitados (a «sociedade» e o «homem»), têm produzido alguns de seus mais eficazes trabalhos mediante incursões nos territórios vizinhos, o que dificilmente poderiam evitar. Nas duas últimas décadas muitas das novas idéias científicas nasceram de esforços comuns das diversas disciplinas. Hoje em dia os trabalhos de pesquisa requerem grupos que representam formações várias e enfocam problemas que não respeitam as fronteiras entre as diversas disciplinas, tais como estudos de área, comunicações, metropolitismo, etc.

Algo bastante parecido vem acontecendo até com as mais antigas e respeitadas ciências físicas. Já está muito adiantada a interdependência entre a física, a química e a astronomia. Tem havido, no campo da biologia, uma tendência cada vez maior para especializações e, no entanto, hoje, o interesse dominante se verifica no sentido de uma integração em torno de conceitos cumulativos e completos como ecologia, configuração, e padrão. Mesmo a fortíssima barreira existente entre as ciências sociais e físicas tem sofrido rudes golpes, principalmente em relação a estudos sobre o homem. A psicologia, há muito preocupada com a ponte entre o corpo e a mente, desenvolve-se nesse sentido e antropologia, a biologia e todas as ciências médicas servem também como exemplo. A nova preocupação com «totalidades» — com padrões, configurações, forças, com o «homem integral» ou a região como um todo, ou mesmo, na realidade, com administração — po-

derá indicar conforme sugeriu PETER DRUCKER, (6) uma filosofia fundamentalmente nova e diferente, um abandono das premissas científicas há muito estabelecidas por DESCARTES. De qualquer modo, as disciplinas científicas têm sofrido grandes abalos, sendo provável que se tornem êstes ainda mais intensos. De fato, um rigoroso reconhecimento da existência de fronteiras entre as disciplinas pode aumentar a sensação de segurança de seus membros, mas, ao mesmo tempo, retardar seriamente o adiantamento de conhecimento humano útil. PETER DRUCKER diz o seguinte :

«Mas os que trabalham em uma disciplina específica ainda se vêem em sérias dificuldades. Vêm as novas idéias brotando em tôda parte à volta dêles, e na realidade, muitas vêzes conseguem ver pouco mais que isso. De maneira que quando desejam emprender um trabalho rigoroso, tudo que têm à sua disposição são os velhos métodos, baseados nos pontos de vista de um velho mundo, métodos êstes inteiramente inadequados às novas concepções». (7)

À luz dessas observações tem-se receio em aplicar as palavras «ciência» ou «disciplina» a *qualquer* dos setores de estudo existentes, sejam antigos ou novos, sociais ou naturais. Realmente, é de esperar-se que as ciências olhem ao longe, por sôbre os muros, tanto quanto puderem, em lugar de complacentemente contemplarem seus antigos feitos e tentarem reforçar suas fortalezas.

Segundo parece, a administração pública estaria bem mais protegida do que as ciências mais antigas contra os tipos de esterilização imaginados por DRUCKER. Já se habilita como uma divisão lógica — se não uma «disciplina» — do conhecimento humano, nos têrmos por êle seguidos. Preocupa-se a administração com padrões, com áreas-problema, com totalidades, com finalidade, e já é um setor bastante caracterizado, com suficiente pureza e conteúdo para garantir o seu reconhecimento como setor distinto. Conforme foi dito acima, seu sentido característico depreende-se de palavras e expressões como as seguintes : distribuição autorizada de valores; política; ação; propósito; e síntese. A questão de saber-se se é uma verdadeira «ciência» depende dos Deuses e do futuro — e da definição de cada um. Na esfera pública, a administração, por sua substância e pela lógica, pode ser considerada da mesma forma como muitas de suas irmãs mais velhas. Faltam-lhe, é certo, a história e a tradição de muitas delas — bem como o reconhecimento universitário que elas possam proporcionar. É êste um forte argumento em favor de uma «ciência» administrativa : a roupagem de respeitabilidade e, esperemos, o conseqüente respeito. Mas, por seus próprios méritos, a administração pública está certamente mais próxima de ser uma «ciência» do que «ciências», qualquer que seja o rigor que se possa dar a uma difinição.

(6) Vide o artigo *The Philosophy Comes to Life*, Harper's Magazine», agosto de 1957, págs. 36-40.

(7) Vide o artigo *The New Philosophy Coems to Life*, «Harper's Magazine», agosto de 1957, pág. 39.